



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020, São Paulo SP
tel (11) 3061 9494, fax 3061 0306
site www.crpsp.org.br

**HOMOFOBIA:
TÔ FORA**

Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Os Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos são direitos humanos básicos que buscam garantir que todas as pessoas tenham liberdade de viver e expressar seu afeto e seus desejos, assim como escolher ter filhos ou não e como ou quando os ter.

Isso significa também que cada pessoa deve ter direito de decidir sobre sua sexualidade e reprodução sem sofrer preconceito, discriminação, culpa, criminalização ou medo. Ou seja, sem violência.

Para isso, é necessário que leis e ações governamentais promovam esses princípios nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça, e Criança e Adolescente, entre outras. Em todas essas instâncias, a Psicologia pode contribuir para a defesa e efetivação desses direitos.

Psicologia e Sexualidade

A Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento e sua prática para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações.

A promoção do pleno exercício da sexualidade significa garantir o respeito e a não violência com as pessoas que vivenciam diferentes orientações sexuais: seja homossexual, bissexual ou mesmo heterossexual.

Também significa acesso igualitário aos direitos estabelecidos pelo Estado brasileiro.

Para a Psicologia, o preconceito e a discriminação que encontramos no nosso cotidiano para com a população LGBT, defendendo frequentemente que homossexualidade é 'pecado' ou 'doença', facilitam a vivência de um conflito entre sua sexualidade e a necessidade de corresponder às expectativas dos outros, ou mesmo de ser coerente com as próprias crenças.

Desta forma, o que pode gerar sofrimento não é a homossexualidade em si, mas, sim, a discriminação!

Psicologia e Religião

É importante saber que psicólogos e psicólogas não podem atuar, em suas práticas profissionais, a partir de suas crenças religiosas ou místicas. Terapeutas devem atentar para o fato de estarem diante de uma outra pessoa, a qual tem crenças e valores próprios que devem ser respeitados.

Esse tema está previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo, que veda a profissionais da Psicologia induzir a pessoa atendida à convicção religiosa, política, moral ou filosófica.

Assim, o/a psicólogo/a não deve discutir seus conceitos com o/a usuário/a, para não incorrer numa postura inadequada que pode, inclusive, trazer danos psicológicos à pessoa atendida. Lembre-se: o que legitima a prática psicológica são as teorias psicológicas e não a religião.

Família e Adoção por Homossexuais

O conjunto familiar funciona como um pequeno grupo social que reproduz, protege e devolve ao mundo seus membros e ainda determina valores ideológicos e culturais que influenciam as sociedades. A estruturação da família acontece conforme o momento histórico da sociedade. A formação patriarcal, em que a mulher era subalterna e os filhos seres tutelados e sem direitos, modificou-se nas últimas décadas, sendo que não há mais um modelo único aceito. Há uma diversidade de configurações familiares que coexistem no contexto social, sem prejuízos dos seus membros, desde que respeitada sua função de proteção e a promoção de vínculos saudáveis.

Sobre a adoção por homossexuais ou em casamentos homoafetivos, é preciso dar visibilidade para as novas relações, para os laços sociais e para as configurações familiares existentes. E, principalmente, faz-se necessário desconstruir preconceitos. A Psicologia atual demonstra que não existe fundamento científico na afirmação que pais e mães LGBT possam comprometer os vínculos e o papel que a família exerce sobre seus membros.

As legislações atuais, ECA e Nova Lei de Adoção, defendem que crianças e adolescentes têm o direito à convivência familiar e comunitária. A família de modelo homoafetivo pode também atender a esses princípios.

Homofobia

Homofobia é definida como ódio aos homossexuais e por extensão a todos que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heterossexuais. A homofobia pode acontecer na forma de violência física, assédio moral ou perseguição. A ideia de uma cultura onde só é permitida a relação afetiva e sexual entre um homem e uma mulher é o que embasa o comportamento homofóbico. As pessoas vitimadas pela homofobia podem sofrer danos emocionais irreparáveis. No Brasil, as práticas homofóbicas são recorrentes atingindo milhares de brasileiros. Os psicólogos se colocam veementemente contra a homofobia e apoiam ações da sociedade civil no sentido de erradicar esta prática violenta da nossa cultura por meio de iniciativas que englobem: intervenções educativas, leis específicas e políticas públicas.

Diretrizes Éticas da Psicologia

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia entrou para a história ao publicar a Resolução CFP n.º 01/99, que regulamenta a prática do psicólogo na questão da orientação sexual.

Dos considerandos da resolução, destacamos:

- A forma como cada um(a) vive a sexualidade faz parte de sua identidade;
- A homossexualidade não é doença, nem distúrbio e nem perversão, mas uma variante da orientação sexual, assim como a hetero e a bissexualidade;
- A Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações;

A Resolução não impede os psicólogos de atenderem pessoas que queiram reduzir seu sofrimento psíquico causado por sua orientação sexual, seja ela homo ou heterossexual. A proibição é claramente colocada na adoção de ações coercitivas tendentes à cura e na expressão de concepções que consideram a homossexualidade doença, distúrbio ou perversão.

Salientamos que a ética dos psicólogos é laica e, portanto, o exercício da profissão não pode ser confundido com crenças religiosas que os psicólogos por ventura professem.